



RELATÓRIO DE INSPEÇÃO GABINETE 2ª VARA CÍVEL BELÉM

COMARCA	Belém
UNIDADE INSPECIONADA	2ª Vara Cível e Empresarial de Belém
COMPETÊNCIA DA UNIDADE	cível, empresarial, órfãos, interditos e ausentes
DATA DE INSPEÇÃO/EDITAL	10/05/2023
RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO DO QUESTIONÁRIO NA UNIDADE	Magistrado João Lourenço Maia da Silva
RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO DO QUESTIONÁRIO DA CGJ	Breno Peck de Barros Mello (analista judiciário lotado na CGJ)

1. INFORMAÇÕES GERAIS DO GABINETE (Dados Funcionais e Administrativos):

1.1. Juiz/Juíza de Direito/Período de titularidade ou exercício:

João Lourenço Maia da Silva

1.2. Afastamentos do(a) magistrado (a) nos últimos 3 (três) meses:

- Férias: 0.
- Folgas compensatórias: 0.
- Licenças: 0.

1.3. Se a Unidade compõe comarca com mais de uma Vara, qual foi o último período de plantão que houve atuação do(a) magistrado(a)?

Último plantão da unidade: 10 a 12 de março de 2023 (juíza Marcia Cristina Leão Murrieta).

Último plantão do magistrado João Lourenço Maia da Silva: 15 a 18 de agosto de 2022.

1.4. Quantos expedientes encontram-se pendentes de resposta à Presidência, Corregedoria, Ouvidoria, Coordenadorias, Seção de Direito Penal e Turmas de Direito Penal?

A unidade informou que não há.

A Ouvidoria confirmou, em 16/05/23, que não há expedientes abertos em relação a esta unidade.

Na CGJ, registram-se:

- 0003473-35.2022.2.00.0814 (PP): inspeção do CNJ de 2022.
- 0001742-67.2023.2.00.0814 (REP): representação por excesso de prazo, autuada em 05/05/2023, em que se reclama demora de mais de vinte anos na prestação jurisdicional de dois processos com mesmo autor.
- 0001830-08.2019.2.00.0814 (PP): autuado em 11/05/23, trata de atraso na realização de autocorreção anual.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

- 0003551-63.2021.2.00.0814 (PP): visa apurar causas de possível excesso de distribuição de processos a esta unidade em comparação com outras na mesma comarca com competências similares. Neste procedimento, DPGE e Secretaria de Informática teceram análises técnicas a respeito da situação, esclarecendo a respeito do *score* da unidade, dos tipos de demandas e de fatores que influenciam maiores ou menores distribuições.

1.5. Qual a data de realização da última reunião entre magistrado(a) e servidores(as) para confecção/atualização do plano de ação da Unidade?

A unidade informa que é realizada semanalmente.

Constata-se que a unidade elaborou plano de ação bastante amplo, necessitando de mais objetividade. Na inspeção, foi orientada a desenvolver plano de ação mais detalhado, com melhor distribuição das tarefas entre os membros do corpo funcional, prazos de 3 meses para revisão e metas mais viáveis.

1.6. A(o) magistrado(a) observa a Resolução nº6 de abril de 2023 que determinou o retorno às atividades presenciais a todos os integrantes do Poder Judiciário do Estado do Pará? Caso encontre-se serviço remoto indicar o nº do expediente que autorizou a modalidade.

Sim.

Durante a inspeção, o magistrado esclareceu que participa de todas as audiências de forma presencial, a partir da sala de audiências do fórum.

1.7. A(o) magistrado(a) observa a Resolução nº 21, de 23 de novembro de 2022, que regulamenta o cumprimento digital de ato processual e de ordem judicial no âmbito do Poder Judiciário do Pará, com a alteração no texto do art. 4º determinada na Resolução 6. /2023?

Sim.

2. CORPO FUNCIONAL DA UNIDADE:

2.1. Quadro de pessoal:

2.1.1. Gabinete:

Vínculo do(a) servidor(a)	Quantitativo
Efetivos(as)	5
Exclusivamente comissionados(as)	0
Cedidos(as)/Requisitados(as)	0
Estagiários(as)	1
Terceirizados(as)	0



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

SubÁrea	Forum Cível
Lotação	Gabinete da 2ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Belem
Gestor(a)	Marinez Catarina Von Lohmann Cruz Arraes
Localização	FORUM CIVEL PROF. DR. DANIEL COELHO DE SOUZA
Telefones	(91)3205-2148
E-mail Institucional	

Nome	Vínculo	Grupo	Situação
Elton Andrey Pantoja Ranieri	Estagiário	Estagiário	Normal
Fabio Jose Costa e Silva	Efetivo	Auxiliar Judiciário	Normal
Gerson Brito da Rocha	Efetivo	Analista Judiciário	Normal
Luciana Rodrigues dos Santos	Efetivo	Analista Judiciário	Normal
Otávio Augusto de Oliveira Gama	Efetivo	Analista Judiciário	Normal
Rafael de Souza Takagi	Efetivo	Atendente Judiciário	Normal

2.2. Há servidores(as) que executam suas atividades em regime de teletrabalho? (Portaria n. 2897/2019, de 17/06/2019). Em caso positivo, de que forma é feito o controle de produtividade? (anexar planilha dos últimos 03 meses)

Sim, 2 servidores. O controle é exercido através do sistema PJE e da plataforma Gestão Judiciária.

Servidor	01 janeiro a 26 de abril de 2023.
Luciana Rodrigues dos Santos	96 movimentações 230 atos
Otávio Augusto de Oliveira Gama	992 movimentações 2.389 atos

OBS.: A servidora Luciana Rodrigues dos Santos iniciou efetivamente o teletrabalho em 10/04/2023.

A unidade apresentou Plano de Trabalho dos servidores em teletrabalho (em anexo). Houve orientação para que o controle de produtividade fosse realizado com base no plano de trabalho, evitando contabilizar movimentações e focando a apuração nos atos e quantitativo de processos trabalhados.

2.3. Como é feito controle de produtividade dos(as) servidores(as) em regime de trabalho presencial? (anexar planilha dos últimos 03 meses)

A unidade relatou que apura produtividade através do sistema PJE e da plataforma Gestão Judiciária.

De modo semelhante aos servidores em teletrabalho, a unidade foi orientada a apurar a produtividade dos servidores em trabalho presencial com base no que é estabelecido no plano de ação da unidade.

Servidor	01 janeiro a 26 de abril de 2023.
Fábio José Costa e Silva	163 movimentações 534 atos
Gerson Brito da Rocha	190 movimentações 451 atos
Rafael de Souza Takagi	203 movimentações 421 atos

2.4. Como é feito o acompanhamento da produtividade do servidor a partir das metas fixadas e o plano de ação 2023?

A unidade informou que acompanha através do sistema PJE e da plataforma Gestão



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Judiciária, além de dar orientações aos servidores acerca do cumprimento.

3. INSTALAÇÕES DA UNIDADE:

3.1. Houve pleito administrativo para resolução de problemas estruturais identificados na última correição tanto do gabinete como da Secretaria? Qual última movimentação do expediente?

Não.

4. DADOS ESTATÍSTICOS:

4.1. PROCESSOS JUDICIAIS:

*Data de coleta de dados pela Unidade: 03/05/2023.

Dados processuais	Total no período da extração dos dados	Total na data Inspeção
Total de processos em tramitação na Vara, incluindo suspensos, sobrestados e arquivados provisoriamente (acervo total)	7.148	7.036
Total de processos suspensos, sobrestados ou arquivados provisoriamente	56	53
Total do acervo com prioridade	3.178	3.125
Total de processos sem movimentação há mais de 100 dias em Secretaria (excluídos suspensos, sobrestados e arquivados provisoriamente)	1.468	1.141
Total de processos conclusos para o(a) magistrado(a)	958	1.172
Total de processos conclusos para o(a) magistrado(a) há mais de 100 dias	54	70
Total de processo envolvendo prioridade legal conclusos há mais de 100 dias	31	33

* Precisa trabalhar processos paralisados há mais de 100 dias, afastando a utilização de movimentos que não corresponda regular tramitação processual.

4.2. Consultando o painel de gestão judiciária foi verificado processo com prioridade paralisado há mais de 100 (cem) dias em Secretaria?

Sim, 732 processos (v. 17/05/23). Os três paralisados há mais tempo possuem os seguintes últimos andamentos:

- 00315346820008140301: com petição desde 24/10/22 da parte autora informando conformidade com a digitalização; parte contrária com prazo vencido desde 06/11/22 para mesma manifestação;
- 08387983920198140301: último ato é de 21/09/22, deferindo produção de provas, em audiência; após, em 27/09/22, foram propostos embargos de declaração, até agora pendentes de julgamento;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

- 08364922920218140301: pedido de desistência não apreciado desde 17/11/22.

4.3. É utilizada a ferramenta de acompanhamento de processos paralisados para evitar que entrem nos 100(cem) dias sem movimentação?

A unidade informou que sim, explicando que consulta o Painel de Gestão Judiciária - PGJ.

Foi orientada, na ocasião, a atuar nos paralisados há mais tempo, bem como naqueles prestes a ficarem paralisados há mais de cem dias, devendo estabelecer um ponto de corte (paralisados há 50, 60, 70 dias etc). Esta estratégia visa diminuir o acervo paralisado há mais de cem dias de forma efetiva, reduzindo-o por um lado e evitando seu crescimento de um outro.

4.4. FLUXO PROCESSUAL NOS ÚLTIMOS 03 (TRÊS) MESES:

*Unidade: vide Painel de Gestão Judiciária

PROCESSOS JUDICIAIS	QUANTIDADE
Total de processos distribuídos e redistribuídos	347
Total de processos julgados	372
Total de processos baixados definitivamente do acervo	869

4.5. PRODUTIVIDADE DO(S) MAGISTRADO(S) NOS ÚLTIMOS 03 (TRÊS) MESES:

*Unidade: vide Painel de Gestão Judiciária

ATOS PROCESSUAIS DOS(AS) JUIZ(AS):	QUANTIDADE
Decisões	443
Despachos	1.169
Sentenças com resolução de mérito	270
Sentenças sem resolução de mérito	205
Audiências realizadas	139

4.6. O Quadro de produtividade é publicado no quadro de avisos do Fórum?

Não.

5. METAS NACIONAIS:

5.1. Quem realiza o controle/acompanhamento dos índices de cumprimento das Metas Nacionais? Existe plano de ação adotado na unidade. Anexar.

A unidade respondeu que todos os servidores e o magistrado realizam acompanhamento. Apresentou texto intitulado "Plano de Ação 2023", que segue abaixo, na íntegra:

"Em consulta ao Portal Gestão Judiciária em 09/03/2023, constata-se a existência de 2.840 processos de Meta 2 pendentes de julgamento, sendo que a unidade precisa julgar 1.728 processos para cumprir a referida meta.

Com o escopo de cumprimento da meta 2, a Vara continuará envidando esforços,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

valendo ressaltar o grande volume processual nessa situação. Nesse prisma, todos os servidores lotados no gabinete executarão a tarefa.

Conforme dados exibidos no PGJ na presente data, a unidade deve manter em média 101 processos de conhecimento para cumprir a Meta 1. Outro dado importante é que no ano de 2022 foram sentenciados aproximadamente 500 processos da Meta 2.

Isto posto, com o objetivo de redução do quantitativo de processos da Meta 2, vislumbrando a médio prazo (até dezembro/2023), o gabinete desta Vara buscará em relação às demandas nessa situação: a) analisar e providenciar o impulso processual de 300 processos mensais; b) sentenciar 200 processos mensais.

Isso quer dizer que até dezembro/2023 serão analisados aproximadamente 2.700 processos e sentenciados 1.800 processos. Vale frisar que a estipulação do referido objetivo levou em conta que existem outros processos (em torno de 4.800) fora da referida meta, os quais também merecem atenção e impulsionamento, sendo que a vara, por ser privativa de órfãos e interditos, exhibe prioridades e urgências constantes (sob pena de perecimento de direitos).

Consideração: O processo é constituído por vários atos processuais anteriores ao momento do julgamento. Sendo assim, vale dizer que o quantum de sentença acima estipulado é abstrato, posto que não necessariamente todos os processos da Meta 2 estarão aptos a serem sentenciados até dezembro/2023.

Nesse contexto, a tarefa compreende não somente sentenciar os feitos, mas providenciar o andamento dos processos para que cheguem à fase de prolação de sentença.”

Por fim, complementou:

Ademais, tal medida também implicará no cumprimento da Meta 1, a qual inclusive já é cumprida pela unidade. Em relação aos processos conclusos há mais de 100 dias, a unidade busca obedecer a ordem cronológica (observando as exceções e prioridade legais), sendo acompanhado pela plataforma Gestão Judiciária e pelo sistema PJE o acompanhamento de feitos nessa situação.

A unidade foi orientada na ocasião a reformular seu plano de ação, devendo ser mais objetiva, estabelecer tarefas e subtarefas mais específicas e projetar prazos mais curtos para revisão e adequação do plano de ação. Também houve orientação para que este plano de ação fosse elaborado sob orientação do Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística – DPGE.

5.2. Foram assistidos os vídeos instrucionais que constam na página institucional do TJPA (gestão judiciária)?

Sim.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

5.3. Quantos processos precisam ser julgados para cumprimento da Meta 2 Nacional 2023? (gestão judiciária)?

A unidade respondeu que necessitaria julgar 2.680 (dois mil seiscentos e oitenta) processos. Entretanto, este número provavelmente se refere ao acervo Meta 2 total da unidade. Em 17/05/23, para efeito de cumprimento da Meta 2, o PGJ informa da necessidade de julgar 1.719 (mil setecentos e dezenove) processos de um total de 2.616 (dois mil seiscentos e dezesseis).

Corregedoria Geral:

Inserir print de tela do Painel de Metas Nacionais na data da Inspeção



6. METAS E DIRETRIZES DA CNJ/2023:

6.1. Qual o quantitativo de processos que se encontram suspensos, aguardando julgamento pelas Cortes Superiores e pelo Tribunal como precedentes obrigatórios? Quais temas? (Diretriz 6 Corregedoria Nacional 2023)

A unidade informou que há 6 demandas (processos cíveis nº 0010965-41.2003.8.14.0301, nº 0015094-06.2014.8.14.0301, nº 0015446-27.2015.8.14.0301, nº 0056840-14.2015.8.14.0301, nº 0815323-88.2018.8.14.0301 e nº 0853817-51.2020.8.14.0301), relatando as demandas abaixo.

INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS. QUESTÃO DE ORDEM. SUSCITAÇÃO. PROCESSO ORIGINÁRIO DO JUIZADO ESPECIAL. LEGITIMIDADE DO JUÍZO DE DIREITO ATUANTE NO ÂMBITO DOS JUIZADOS ESPECIAIS. MATÉRIA: INSPEÇÃO DE CONSUMO DE ENERGIA NÃO REGISTRADO. COBRANÇA DE DÉBITO DECORRENTE DA APURAÇÃO DE IRREGULARIDADE. DEFINIÇÃO DOS ELEMENTOS DE DEMONSTRAÇÃO DA VALIDADE DA INSPEÇÃO E ATUAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA PARA DETERMINAÇÃO DA COBRANÇA DEVIDA.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

TEMA 1085/STJ: APLICABILIDADE OU NÃO DA LIMITAÇÃO DE 30% PREVISTA NA LEI N. 10.820/2003 (ART. 1º, § 1º), PARA OS CONTRATOS DE EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS LIVREMENTE PACTUADOS, NOS QUAIS HAJA PREVISÃO DE DESCONTO EM CONTA CORRENTE, AINDA QUE USADA PARA O RECEBIMENTO DE SALÁRIO.

INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS. MÁ GESTÃO DE VALORES DEPOSITADOS EM CONTAS INDIVIDUAIS DO PIS-PASEP. LEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM DO BANCO DO BRASIL S/A. CONFIGURAÇÃO. IRDR ACOLHIDO COM FIXAÇÃO DE TESE JURÍDICA. CASO PILOTO. APELAÇÃO CÍVEL PROVIDA. SENTENÇA CASSADA.

6.2. Após o julgamento de precedentes obrigatórios firmados pelas Cortes superiores e pelo Tribunal, qual o prazo para retomada do julgamento dos processos individuais então suspensos? (Diretriz estratégica 6 da Corregedoria Nacional 2023)

Na ocasião da inspeção, foi esclarecido que não é definido prazo específico, e que a retomada do julgamento ocorre o mais rápido possível.

Foi orientado que houvesse habilitação do assessor no canal de comunicação do NUGEPNAC e que firmado o precedente o processos no prazo máximo de 30 dias retomasse o curso regular.

6.3. Por quais ferramentas de consulta são acompanhados os julgamentos dos temas que buscam fixação de precedente obrigatório? Com que regularidade/periodicidade são feitas as consultas?

Site de tribunais e e-mail institucional enviado pela Nugepnac.

6.4. Quantas audiências concentradas foram realizadas para reavaliar as medidas socioeducativas de interação e semiliberdade (infância e juventude), bem como audiências concentradas pelo acolhimento de crianças e adolescentes, nos últimos 6 meses (infância e juventude)? (Diretriz estratégica 9 da Corregedoria Nacional 2023)

Prejudicado.

7.5. Quantas crianças e adolescentes encontram-se em acolhimento?

Prejudicado.

7.6. A unidade possui pendências de atualização no SNA ainda não corrigidas, considerando como parâmetro o último relatório trimestral da CEIJ?

Prejudicado.

7.7. De que forma Unidade alimenta e controla os dados registrados no BNMP nos termos da Resolução n. 417/2021 do Conselho Nacional de Justiça? A Unidade observa e realiza diligente e eficiente verificação do sistema para sanar eventuais inconsistências de informações e cadastros de mandado de prisão e alvará de soltura da(o)s ré(u)s, inclusive com verificação se a(o) ré(u) possui RJI (Registro



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Judicial Individual)? – *(Resolução n. 417/2021-CNJ - Institui e regulamenta o Banco Nacional de Medidas Penais e Prisões (BNMP 3.0) e dá outras providências).*

Prejudicado.

7.8. O cumprimento dos alvarás de soltura ou do mandado de desinternação observa o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas previsto no artigo 6º da Resolução n. 417/2021-CNJ?

Prejudicado.

7.9. Constatada a falta de cumprimento do alvará de soltura, na forma e prazo legal, o(a) juiz(a) comunica a irregularidade à Corregedoria-Geral de Justiça ou a do Juízo deprecado, bem como ao Ministério Público?

Prejudicado.

7.10. Ao expedir o alvará de soltura ou mandado de desinternação, a Unidade realiza consulta ao sistema nacional ou de informação criminal se o(a) acusado(a) foi preso(a) em flagrante por outro delito ou se há em seu desfavor mandados de prisão por outro crime? Qual o tempo médio para verificação?

Prejudicado.

7.11. Se a unidade possui competência sobre registros públicos, qual a periodicidade de fiscalização do funcionamento dos cartórios de registro de pessoas naturais em regime de plantão, nos finais de semana e feriados? *(Diretriz estratégica 5 da Corregedoria Nacional 2023)*

Prejudicado.

7.12. Se a unidade possui competência sobre registros públicos, informe se o cartório de registro de pessoas naturais possui posto avançado em maternidade e casa de saúde, assim como promove o cadastramento de parteiras nas localidades distantes? *(Diretriz estratégica 5 da Corregedoria Nacional 2023)*

Prejudicado.

7.13. Se a unidade possui competência sobre registros públicos, o assunto “Registro tardio” (TPU 7732) encontra-se devidamente identificado? Quantos processos com esse assunto encontram-se paralisados há mais de 100 (cem) dias? *(Diretriz estratégica 5 da Corregedoria Nacional 2023)*

Prejudicado.

7.14. Há na unidade localidade com concentração potencial de sub registro civil? Existe programação na unidade para a realização de ações que visem erradicar o sub registro civil? *(Diretriz estratégica 5 da Corregedoria Nacional 2023)*

Prejudicado.

8. ROTINA DE TRABALHO DO GABINETE:

8.1. Quais as modalidades de atendimento ao público no gabinete?

Presencial, atendimento remoto (Microsoft Teams), telefone e e-mail.



8.2. Quantos processos migrados encontram-se pendentes de regularidade e não foram movimentados no PJE?

12 processos. Processos números: 0035822-05.2013.8.14.0301, 0028376-19.2011.8.14.0301, 0003542-44.2014.8.14.0301, 0025063-40.2017.8.14.0301, 0536659-95.2016.8.14.0301, 0014715-95.1996.8.14.0301, 0003259-26.2011.8.14.0301, 0000301-78.1985.8.14.0301, 0005574-37.2005.8.14.0301, 0018341-92.2014.8.14.0301, 0007244-13.2005.8.14.0301, 0049100-73.2013.8.14.0301.

A unidade foi orientada a regularizar estes feitos o mais rápido possível.

8.3. Quais as etiquetas adotadas exclusivamente para o gabinete? identificar

RENAJUD, INFOJUD, AGUARDANDO RESULTADO SISBAJUD, DESISTÊNCIA, HOMOLOGAÇÃO DE ACORDO.

A unidade foi orientada a sanear suas etiquetas, organizando-as de forma hierárquica, conforme tarefa a ser feita e também conforme assunto, bem como a utilizar a ferramenta “favoritos” para cada servidor no sistema PJE.

8.4. Por amostragem, verifique em 03 (três) processos que se encontravam suspensos se a unidade observou o procedimento recomendado na Nota Técnica elaborada pelo Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística-DPGE/TJPA, encaminhada através do ofício circular n. 048/2022-CGJ, quanto à premente necessidade de retirada da condição de suspensão/sobrestamento de autos antes do movimento de julgamento/baixa de processos no sistema PJE? (Ofício circular n. 048/2022-CGJ, expedido nos autos PJE COR n. 0002009-73.2.00.0814)

A unidade informou os processos abaixo:

- 0820729-22.2020.814.0301: há despacho determinando sobrestamento por 60 (sessenta) dias a partir de 14/12/22, mas sem a movimentação correspondente; há pedido de extinção do feito de 24/04/23;
- 0805986-07.2020.814.0301: há despacho determinando suspensão por falecimento datado de 20/10/22, bem como certidão de 08/05/23 atestando o fim do prazo da suspensão; não há, contudo, movimento de suspensão nem de levantamento;
- 0837097-14.2017.814.0301: foi determinado sobrestamento de 180 (cento e oitenta) dias em 30/06/21 e foi constatado o fim do prazo por certidão datada de 08/05/23, sem, contudo, movimento de suspensão nem de levantamento.

8.5. Por amostragem, verifique se os bens apreendidos vinculados aos feitos em tramitação na Unidade foram devidamente cadastrados no SNBA (Sistema Nacional de Bens Apreendidos). Caso na data da Inspeção já se encontre disponibilizado pelo Conselho Nacional de Justiça a possibilidade de realização do cadastramento de bens através do novo Sistema Nacional de Gestão de Bens-SNGB, verifique, por amostragem, os cadastros realizados neste sistema, nos termos da Resolução n. 483/CNJ-2022. (Resolução n. 483-CNJ, de 19/12/2022 - Institui o Sistema Nacional de Gestão de Bens e dá outras providências)

Prejudicado.

8.6. Quantas notificações aguardam verificação pasta agrupadores? Qual a data



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

da notificação mais antiga?

Petições avulsas não lidas - (733)

Processos com habilitações nos autos não lidas - (165)

Documentos não lidos - (795)

Mandados devolvidos pelo oficial de Justiça - (9)

Processos com pedido de assistência judiciária gratuita não apreciado - (17)

Processos sob análise de prevenção - (5)

Data de notificação mais antiga: 04/04/2023.

Na inspeção foi constatado que estes números se referem aos últimos 15 dias da data de apuração.

A Unidade foi orientada a averiguar e analisar e dar baixa nas pendências dos agrupadores, como forma de ter domínio das demandas externas.

8.7. Antes de proferir ato judicial, havendo indicação de peticionamento nos agrupadores, o gabinete adota rotina de clicar como lidos, contribuindo assim para melhor atualização do Processo Eletrônico?

Não.

Unidade foi orientada a clicar como lido e em seguida ir até os agrupadores para dar baixa na notificação do sistema

8.8. Qual o quantitativo de despachos, decisões e sentenças que foram estabelecidas para os 3 meses seguintes a inspeção pela Corregedoria?

Não consta estabelecimento de metas mensais e nem com periodicidade inferior ao prazo final da proposta de plano apresentada.

8.9. Por amostragem, com base na pauta de audiência do mês anterior, identifique o número de audiências realizadas na modalidade presencial, virtual ou híbrida, e se, no processo em que houve audiência não presencial constava pleito das partes ou do Ministério Público.

A unidade informou que realizou 53 audiências, todas de forma híbrida, sendo permitido aos participantes do ato a realização através de comparecimento presencial ou a realização por meio virtual.

Considerando um mês típico com cerca de vinte dias úteis, calcula-se que foram realizadas de duas a três audiências por dia durante o período.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Por amostragem, verificaram-se as seguintes audiências:

- 08505102120228140301: conciliação, presencial, realizada pelo CEJUSC, sem acordo.
- 08771356320208140301: instrução virtual, pedido em audiência analisado e indeferido no ato;
- 08298025220198140301: depoimento, híbrida, sem pedido em audiência.

8.10. Quantas audiências de instrução e julgamento estão pautadas para o presente mês?

A unidade respondeu que agendou somente 2 (duas) audiências, devido a geralmente serem agendadas as férias do magistrado para este período do ano.

A unidade foi orientada a aumentar o número de audiências diárias, mantendo uma média de cinco por dia, organizada conforme a matéria, a duração média de cada tipo de audiência, e, em especial, a quantidade de testemunhas a serem ouvidas, respeitado o período de férias do magistrado titular.

8.11. A pauta de audiência é inserida no PJE pelo gabinete?

Não.

8.12. Para qual data está pautada a audiência mais distante?

Foi informado que a pauta está para 19/02/2024.

Foi ponderado que esta pauta alongada contribui para o aumento do acervo paralisado, recomendando-se a redução da espera por audiência para no máximo quatro meses.

8.13. Quando identificada possibilidade de conciliação entra as partes é designada audiência de conciliação?

Sim.

8.14. É solicitada designação de conciliador ou indicado CEJUSC para atuar junto à unidade em busca de conciliação?

Realizada pela própria unidade e em alguns casos para o CEJUSC.

A unidade foi orientada a preparar projeto de conciliação e remeter ao NUPEMEC, escolhendo os processos mais suscetíveis a realização de acordo.

8.15. Na hipótese de MANDADO URGENTE está sendo observado Provimento conjunto nº 009/2029 – CJRMV/CJCI, que estabelece a necessidade de ordem judicial expressa para envio de mandado nessa modalidade à Central de Mandados?

Sim.

8.16. Quantos processos foram baixados no mês anterior?

281.



9. CORREIÇÃO ANUAL:

15.1. Data da última correção anual realizada na Unidade Judicial:

Agosto/2019 (0000150-90.2020.200.0814). A unidade foi orientada a realizar autocorreção anualmente, tendo sido constatado que não realizou nos últimos dois anos.

15.2. Existem registros de recomendações pela Corregedoria em decisão correicional referente a última correção ordinária anual realizada pela unidade judicial? Identificar as não cumpridas

A unidade informou conforme transcrição integral abaixo:

Recomendações (processo Pjecor 0000150-90.2020.2.00.0814 - arquivado):

*Em 06/12/2019, a unidade contava com 91,58% de Meta 1. Cumprimento da Meta 1: **Cumprido**.*

*Em 09/01/2020, 2.321 processos conclusos há mais de 100 dias. Envidar esforços para cumprimento: **parcialmente cumprido**, sendo que atualmente conta com 62 processos conclusos paralisados há mais de 100 dias.*

*Em 09/02/2020, 1.528 petições pendentes de juntada. Plano de ação para juntada: **parcialmente cumprido**.*

*Utilização do despacho-mandado/carta/ofício: **cumprido**.*

*Consulta de processos paralisados em razão do não encaminhamento de laudo pericial: **parcialmente cumprido**.*

*Envidar esforços de promover o monitoramento diário dos prazos: **parcialmente cumprido**.*

Belém, data. Conforme assinatura eletrônica

SILVIA MARA BENTES DE SOUZA COSTA:4596

Assinado de forma digital por SILVIA MARA BENTES DE SOUZA COSTA:4596
Dados: 2023.07.11 09:33:06 -03'00'

SÍLVIA MARA BENTES DE SOUZA COSTA
Juíza Auxiliar da Corregedoria

BRENO PECK DE BARROS

Assinado de forma digital por BRENO PECK DE BARROS
MELLO:74290452272
Dados: 2023.07.11 14:17:30 -03'00'

MELLO:74290452272

Breno Peck de Barros Mello
Analista da CGJ